

HABEAS CORPUS Nº 533.226 - SP (2019/0274964-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : EDSON SOARES FERREIRA
ADVOGADO : EDSON SOARES FERREIRA - SP348006
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OTAVIO GODOI DELLA TORRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. POSTERIOR DEFERIMENTO DO PEDIDO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. WRIT PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OTÁVIO GODOI DELLA TORRE, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem nos autos do HC n.º 2036990-92.2019.8.26.0000.

Narra o Impetrante que foi formulado, em favor do Paciente, pedido de progressão ao regime semiaberto – em 24/10/2017 –, o qual, após realização de exame criminológico, foi indeferido pelo Juiz de primeiro grau em 10/01/2019. Na sequência, a Defesa pleiteou a realização de novo exame para fins de livramento condicional ou reavaliação de progressão prisional, o que foi deferido pelo Magistrado de origem.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 22-25).

Nesse *mandamus*, o Impetrante sustenta que o ofício determinando a realização do aludido exame foi encaminhado para a Penitenciária III de Franco da Rocha – SP, quando o Paciente está encarcerado no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II – SP, e, ainda, que foi informado por funcionária deste estabelecimento que "*a unidade não conta com profissionais habilitados a realizarem exame criminológico nos internos [...]* e, [...] *os exames vem sendo realizados por profissionais contratados esporadicamente quando ficam acumulados muitos exames a serem realizados*" (fl. 5).

Superior Tribunal de Justiça

Em razão de tal informação, esclarece que formulou novo pedido a fim de que "*fosse o Paciente progredido ao regime intermediário, com a determinação de realização imediata de exame criminológico para avaliação da possibilidade de concessão do livramento condicional*" (fls. 5-6), tendo o Juiz da Execução se limitado a determinar a expedição de ofício com urgência para a Penitenciária III de Franco da Rocha – SP.

Explicita que o constrangimento ilegal a que se encontra submetido o Reeducando consiste na demora de realização do novo exame criminológico e na "*determinação da realização do exame [que] se deu de maneira genérica limitando-se única e exclusivamente a fundamentação na gravidade abstrata do delito praticado pelo Paciente*" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, seja afastada a necessidade de realização de exame criminológico para a concessão do livramento condicional ao Paciente ou, subsidiariamente, a progressão ao regime intermediário.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 28/29.

As informações foram prestadas às fls. 37-55 e 58-66.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem, de ofício, para conceder a progressão ao regime semiaberto (fls. 68-71).

É o relatório. Decido.

Consoante informações colhidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, o Juízo das Execuções, em 21/11/2019, concedeu o benefício do livramento condicional ao Paciente, circunstância que evidencia a perda superveniente do objeto do *presente writ*.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora